



Eleição de militar e pensão por morte estão na pauta de hoje

Roque de Sá/Agência Senado



Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a coragem e a determinação do general Eduardo Villas Bôas são exemplos para todos. O ex-comandante do Exército (3º à dir.) foi homenageado ontem em sessão especial, com a presença do atual comandante do Exército Edson Pujol (E), do vice-presidente, Hamilton Mourão, da procuradora-geral, Raquel Dodge, e do senador Chico Rodrigues, autor do pedido de homenagem. 2

Texto autoriza policial e bombeiro militar a retornar à corporação ao fim do mandato. Atualmente, se eleitos, os militares passam para a inatividade. Caso aprovada, a regra não valerá para as Forças Armadas

O Plenário analisa hoje, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição que autoriza policiais e bombeiros a retornarem aos seus cargos após o fim de mandatos eletivos. A PEC diferencia os militares das Forças Armadas, que se manteriam regidos pela norma atual, dos integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, que passariam a ser regidos pela nova regra.

Os senadores também podem votar a ampliação da idade-limite para o recebimento de pensão por

morte dos pais, que passaria de 21 para 24 anos. A extensão do prazo de pagamento do benefício está prevista em projeto da senadora Rose de Freitas. O texto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e seguiria para a Câmara, mas houve recurso para análise em Plenário.

Outro projeto que está na pauta de hoje institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade. A política inclui crédito rural para produção, industrialização, comercialização e pesquisa agrícola. 3

Senado tem que ter calma para analisar reforma, aponta debate

Debatedores ouvidos ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos avaliaram que o Senado não deve se comprometer em aprovar o texto da reforma da Previdência de maneira rápida e deixar para incluir eventuais alterações em uma PEC paralela.

Na opinião do presidente do colegiado, Paulo Paim, o Senado não pode se transformar em mero “carimbador” de propostas e de medidas provisórias e perder o seu papel fundamental de Casa Revisora, que, segundo o senador, vem sendo desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal. 3



Paim (3º à esq.) ouve Sergio Laurentino sobre a Previdência e os negros

Colegiado ouve presidente da Petrobras sobre privatizações

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, participa de audiência hoje na Comissão de Infraestrutura para debater a privatização de refinarias e fábricas de fertilizantes da estatal. Também serão discutidos o plano de desinvestimento da Petrobras e a venda de gasodutos. 3

Sessão destaca atuação da Fazenda da Esperança

Em sessão especial no Plenário, o Senado homenageou ontem a comunidade terapêutica Fazenda da Esperança, que atua na recuperação

de dependentes químicos em diversas partes do mundo. Das 130 unidades da fazenda, 86 estão no Brasil.

Cerca de 140 pessoas, entre

dirigentes e voluntários da instituição, participaram da solenidade, que foi presidida pelo senador Siqueira Campos. 2



Pedro França/Agência Senado

Os fundadores da fazenda, Nelson Giovanelli e frei Hans Stapel, ouvem o presidente da sessão, Siqueira Campos



Cláudio Cleber Caramelo/PR

Investimento do setor privado em ferrovias foi um dos temas debatidos

Votações do Senado mostram espaço maior para agenda liberal

A valorização do setor privado, sem esquecer do cuidado com questões sociais, trabalhistas e ambientais, marca as votações do Senado este

ano. Um exemplo é o Marco Regulatório do Saneamento, fundamental para a saúde pública e fonte de geração de emprego e renda. 4

Sessão de homenagem exalta general Villas Bôas

Ex-comandante do Exército e assessor do Gabinete de Segurança Institucional do Palácio do Planalto teve a trajetória destacada no Plenário, onde foram reconhecidas sua coragem e perseverança

O SENADO PROMOVEU ontem sessão de homenagem a Eduardo Villas Bôas. O general foi comandante do Exército entre 2015 e janeiro de 2019 e é assessor do Gabinete de Segurança Institucional do Planalto.

A sessão contou com a presença do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, que representou Jair Bolsonaro. Ele destacou a coragem do general, diante das dificuldades — Villas Bôas enfrenta uma doença degenerativa — bem como sua tranquilidade, ante a necessidade de orientar os subordinados.

Para o autor do requerimento, Chico Rodrigues (DEM-RR), o general é “um homem com estatura de herói”.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que o homenageado é um “grande brasileiro, que orgulha a todos”.

— Receba a nossa consideração e o nosso carinho. O general é uma fonte de inspiração para todos, por sua coragem e por sua determinação.

O comandante do Exército,

general Edson Leal Pujol, disse que é testemunha do trabalho de Villas Bôas, que “sempre colocou a nação em primeiro lugar”. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que a homenagem é o reconhecimento dos méritos de um grande brasileiro e de um herói da pátria.

Na visão de Marcio Bittar (MDB-AC), Villas Bôas é um exemplo de dignidade e de luta pelo Brasil. Roberto Rocha (PSDB-MA) destacou o comprometimento do general com o papel constitucional das Forças Armadas. Major Olímpio (PSL-SP) elogiou a

perseverança do general.

Filha do homenageado, Adriana Villas Bôas leu um texto pelo Dia dos Pais.

O general disse que a homenagem foi a maior honraria que recebeu na vida — não só pela instituição, como pelas pessoas presentes. Ele também pediu palmas para Patrick Teixeira, ativista da causa dos deficientes e dos acometidos por doenças raras. Ao homenagear a família, disse que tem se descoberto ainda mais dependente das mulheres.

— Tenho uma família de mulheres fortes, que têm sido meu suporte nesse período.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Davi Alcolumbre, Eduardo Villas Bôas é fonte de inspiração a todos

Jovem tem que estar na política, diz Jorge Kajuru

Jorge Kajuru (Patriota-GO) lembrou ontem o Dia Mundial da Juventude. Apesar da grande quantidade de jovens, ele destacou que essa faixa etária representa menos de 2% dos parlamentares eleitos. Na opinião do senador, é preciso aumentar a representatividade dessa faixa etária no Parlamento e nos debates, como forma de impulsionar a democracia.

Kajuru também informou a saída do PSB e o ingresso no partido Patriota.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro cobra repasses do Minha Casa, Minha Vida

Alvaro Dias (Podemos-PR) lembrou ontem que o Minha Casa, Minha Vida foi criado para reduzir o déficit de moradias. Entretanto, em tempos de crise, o contingenciamento de recursos tem atrasado o sonho da casa própria.

De acordo com o senador, não há falta de recursos para isso, uma vez que o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN 4/2019) autorizou a abertura de crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para o programa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Zequinha Marinho defende extensão da rodovia BR-222

Zequinha Marinho (PSC-PA) defendeu ontem a extensão da rodovia federal BR-222, que liga Fortaleza a Marabá (PA). A projeto (PL 2.449/2019) propõe a continuidade até Novo Progresso (PA), passando por diversas comunidades.

O senador entende que o projeto garantirá trafegabilidade na região e escoamento da produção. Para Zequinha, não há como se pensar em desenvolvimento sem pensar em transporte, energia e comunicação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado ressalta atuação da Fazenda da Esperança no mundo

A comunidade terapêutica Fazenda da Esperança, que atua na recuperação de dependentes químicos em diversas partes do mundo, foi homenageada ontem em sessão especial do Senado.

Presidida pelo senador Si-queira Campos (DEM-TO), a solenidade contou com a presença de cerca de 140 pessoas, entre dirigentes e voluntários da instituição, que no Brasil tem 86 unidades.

Telmário: projeto sobre animais pode afetar agronegócio

Telmário Mota (Pros-RR) alertou ontem para o que considera “perigos ocultos nas entrelinhas” no Projeto de Lei da Câmara (PLC 27/2018), que assegura direitos e prevê proteção do Estado em caso de maus-tratos aos animais.

— Pode-se exigir anestésico para abate, uma vez que a lei estipula que os animais não poderiam sofrer qualquer dor. Imaginem quanto isso pode custar para os produtores de carne do país!



Waldemir Barreto/Agência Senado

Marcos Rogério celebra 36 anos da Carta de Rondônia

Marcos Rogério (DEM-RO) celebrou ontem os 36 anos da primeira Constituição de Rondônia. Para ele, o texto constitucional permitiu a Rondônia tornar-se um estado pleno, com Poderes funcionando com harmonia e independência e buscando o bem-estar social do povo.

— Celebrar é motivo de duplicada honra. Primeiro, por eu ser rondoniense, nasci em Ji-Paraná. Segundo, pela oportunidade de ter acompanhado o progresso do meu estado, agora com o privilégio de o representá-lo aqui no Senado.

AVISO

O Especial Cidadania passa a ser publicado quinzenalmente às terças-feiras.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Processos contra o INSS

9h Audiência sobre judicialização contra o INSS. Às 14h, audiência sobre Previdência Social.

CI Portabilidade da conta de luz

9h Audiência sobre o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz. Às 13h, debate com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

CAE Cobrança de serviço suspenso

10h Entre 13 itens, o SCD 19/2015, que proíbe que concessionárias de serviços públicos cobrem por serviços não prestados ou suspensos.

CTEC Proteção ao cliente

10h Audiência pública para discutir o PLS 175/2018, que aumenta a proteção do cliente na compra de produtos e serviços.

CE Baixo rendimento na escola

11h O PLC 13/2016, que institui programa de incentivo ao atendimento voluntário para alunos com baixo rendimento escolar, é um dos 14 itens.

CMO Reunião

14h Reunião do colegiado de líderes.

CRA Desconto na energia elétrica

14h Audiência para debater o PL 661/2019, que estende desconto de energia elétrica para pequenos agricultores.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, o PLS 19/2017, que aumenta para 24 anos o limite de idade para os filhos receberem o benefício de pensão por morte.

MP 885/2019 Venda de bens do tráfico

14h30 Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Licença para militares e idade-limite para pensão por morte estão na pauta

Plenário pode votar esta semana PEC que autoriza policiais e bombeiros a retornarem a seus cargos após fim de mandato eletivo

O PLENÁRIO PODE votar hoje em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição que autoriza policiais e bombeiros a retornarem aos seus cargos após o fim de mandatos eletivos. A PEC 113A/2015 é resultado de um substitutivo do ex-senador Antonio Carlos Valadares a um texto que promovia uma série de alterações no sistema político-eleitoral brasileiro.

A Constituição prevê que os militares que disputarem eleições serão afastados definitivamente da atividade caso tenham menos de dez anos de serviço. Para os que têm mais tempo de serviço, o texto cons-

titucional determina que sejam afastados temporariamente e, caso sejam eleitos, passem para a inatividade.

A PEC passa a diferenciar os militares das Forças Armadas, que se manteriam regidos pela norma atual, dos integrantes das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares, que passariam a ser regidos pela nova regra.

Segundo o texto, independentemente do tempo de serviço, policiais militares e bombeiros serão agregados desde o registro da candidatura até dez dias após o término das eleições, com remuneração por prazo de até três meses. Caso

sejam eleitos, continuarão afastados temporariamente, podendo retornar a sua corporação ao fim dos mandatos. Se não fossem reeleitos, retornarão à atividade após a eleição.

Pensão por morte

Também está na pauta proposta que amplia de 21 anos para 24 anos a idade-limite dos filhos para recebimento de pensão por morte de um dos pais. A extensão no prazo de pagamento do benefício está prevista no PLS 19/2017, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES). O texto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seguiria para

a Câmara, mas houve recurso para análise em Plenário.

Outro projeto que pode ser analisado é o PLC 41/2017, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade. O projeto do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) foi relatado na Comissão de Agricultura pelo senador Paulo Rocha (PT-PA). A política inclui crédito rural para a produção, industrialização e comercialização, pesquisa agrícola e desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e extensão rural, seguro rural e certificações de origem, social e de qualidade do produto.

Presidente da Petrobras fala hoje no Senado sobre privatizações

A Comissão de Infraestrutura (CI) faz audiência hoje com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. O objetivo do encontro é discutir a privatização de refinarias e fábricas de fertilizantes da estatal.

Também será abordado o plano de desinvestimento da Petrobras, a venda para a iniciativa privada da malha dutoviária NTS/TAG (que serve de ligação ao Gasoduto Brasil-Bolívia) e os projetos de investimento da estatal no país.

A audiência foi requerida pelos senadores Jean Paul Prates (PT-RN), Eduardo Braga (MDB-AM) e Jaques Wagner (PT-BA).

Previdência: debatedores pedem mais discussão no Senado sobre a reforma

Pontos da reforma da Previdência (PEC 6/2019) foram debatidos por representantes do governo e de sindicatos em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Houve críticas à ideia de que o Senado poderá aprovar o texto de maneira rápida e colocar alterações em uma PEC paralela, a ser votada também pelos deputados.

Na presidência, Paulo Paim (PT-RS) mostrou preocupação com a hipótese de alguns partidos entenderem que toda a discussão da reforma já teria se esgotado na Câmara.

— O Senado tem apenas carimbado propostas e medidas provisórias, alegando não haver mais tempo para o debate. Isso tem levado o Supremo Tribunal Federal (STF) a fazer o papel de revisão que originalmente cabe ao Senado.

O presidente da Sociedade



Representante do Dieese, Max Leno de Almeida fala em audiência pública dirigida pelo senador Paulo Paim (C)

Brasileira de Previdência Social, José Pinto da Mota Filho, também criticou a proposta de aprovar o texto sem ampliar a discussão antes. Para ele e outros convidados, o peso maior da reforma recai sobre os mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo por necessidade e falta de acesso à educação e, por isso, superarão em muito o tempo de contribuição, apenas

esperando a idade mínima de aposentadoria.

O subsecretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Naron Nogueira, rejeitou essa tese. Segundo ele, proporcionalmente o maior impacto per capita da reforma está sobre os servidores públicos e sobre os que têm remuneração mais alta, inclusive os do Regime Geral. Enquanto o geral tem 30 milhões de brasileiros, o

Regime Próprio dos Servidores reúne cerca de 1,5 milhão de contribuintes.

O impacto esperado com a reforma da Previdência, da maneira como aprovada pela Câmara, é de uma economia de R\$ 933 bilhões em dez anos.

Representante dos auditores-fiscais, Vilson Romero afirmou que a proposta representa “uma abrangente desconstitucionalização do

direito previdenciário”, porque delega a leis complementares requisitos como idade mínima, alíquota de contribuição e equacionamento do déficit atuarial, entre outros.

População negra

As alterações nas regras de aposentadoria e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) vão prejudicar a população negra, pobre e periférica. A avaliação foi feita no segundo debate do dia sobre possíveis mudanças na Previdência.

O benefício, no valor de um salário, é destinado a pessoas com deficiência de qualquer idade ou a idosos de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Para a sua concessão, é exigido que a renda familiar mensal seja de até um quarto de salário mínimo por pessoa.

Reforma contém algumas injustiças, pondera Reguffe

O senador Reguffe (sem partido-DF) disse ontem que a proposta de reforma da Previdência contém algumas injustiças. Uma delas é a progressão do salário de aposentadoria conforme o tempo de contribuição.

— Há um lapso entre 15 e 20 anos: quem contribui por 15 anos vai ganhar a mesma coisa de quem contribui por 19 anos e 11 meses. Está errado. A cada ano, tem de aumentar o que a pessoa vai ganhar na sua aposentadoria.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plínio vai propor mudanças na PEC da Previdência

Plínio Valério (PSDB-AM) reafirmou apoio à Reforma da Previdência (PEC 6/2019) por considerá-la indispensável, tanto por questões demográficas, quanto pela necessidade de adequação das contas públicas à realidade do país. O senador disse, porém, que apresentará emendas ao texto.

— Estou convencido de que temos de fazer correções no texto que chegou ao Senado. Existem nele diversos absurdos, inclusive violação de direitos adquiridos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Paim, proposta prejudica quem tem ocupação insalubre

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem em Plenário um debate mais aprofundado sobre cada item da proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019). Ele pediu especial atenção para o caso das aposentadorias especiais. O senador requereu audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por ele, para debater o tema. Para Paim, da forma como se encontra, o texto é injusto com quem tem ocupações insalubres. De acordo com ele, o risco à integridade física não está contemplado na proposta, que precisa ser alterada.

Bittar cobra mais atenção do Congresso para violência no país

Marcio Bittar (MDB-AC) pediu mais atenção do Congresso para problemas graves. Ele lembrou que na quarta-feira passada houve grande empenho para a aprovação do PLC 27/2018, que assegura direitos e prevê a proteção do Estado por maus-tratos aos animais. Para Bittar, o Congresso deveria se mobilizar da mesma forma para tratar de temas como violência, pobreza e saúde.

— Já são mais de 1 milhão de assassinatos nos últimos anos no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bolsonaro desvaloriza a política ambiental, denuncia Rogério

Rogério Carvalho (PT-SE) criticou em Plenário as declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro. Para o senador, Bolsonaro tem desvalorizado a política ambiental e atacado as instituições. Rogério acusou o presidente de ser contrário à ciência e ao conhecimento, além de não ter interesse em diminuir as desigualdades sociais. O senador disse ainda que o país está sendo vendido para o setor privado e a reforma da Previdência prejudica os mais pobres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Agenda liberal ganha espaço no Senado

Para senadores, temas analisados na Casa demonstram o equilíbrio entre a valorização do setor privado e o cuidado com questões sociais, trabalhistas e ambientais

Marília Coêlho

O SENADO TEM demonstrado este ano a tendência de acompanhar o tom liberal do governo. Segundo o senador Marcos Rogério (DEM-RO), o país está sendo conduzido para uma nova visão, que valoriza o setor privado, ao contrário do que fazia nos últimos anos.

— Colocaram, ao longo do tempo, o setor privado, as empresas brasileiras como inimigas do Estado, e o Estado, os governos como o padrinho forte, uma ideia paternalista. E, na verdade, quem gera riqueza, progresso, desenvolvimento, renda é o setor privado. O setor público gera despesa, burocracia, ineficiência e muitas vezes pobreza, pelos erros na condução da política macroeconômica — afirmou.

De acordo como senador, como o Executivo tem valorizado o setor privado, é natural que o Parlamento passe também a ter uma atuação conectada a essa nova realidade. Para ele, a agenda mais liberal é de interesse do país.

— Foi assim no Marco Regulatório do Saneamento Básico, que é um tema fundamental para a saúde pública, para a qualidade de vida da população, mas é também uma fonte importante na geração de emprego e renda — disse.

Em maio, o Plenário aprovou a medida provisória que abre o setor aéreo ao capital estrangeiro (MP 863/2018). Em junho, os senadores aprovaram a abertura do serviço de saneamento básico a empresas privadas (PL 3.261/2019).

Ainda na área de infraestrutura, deve ser aprovada pelo Congresso até o fim do mês a MP que reformula a operação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a MP 882/2019. A medida proporciona a integração no setor de infraestrutura, o apoio a projetos do PPI junto a instituições financeiras, melhorias regulatórias e o diálogo entre os setores público e privado. A MP perde a validade em 30 de agosto.

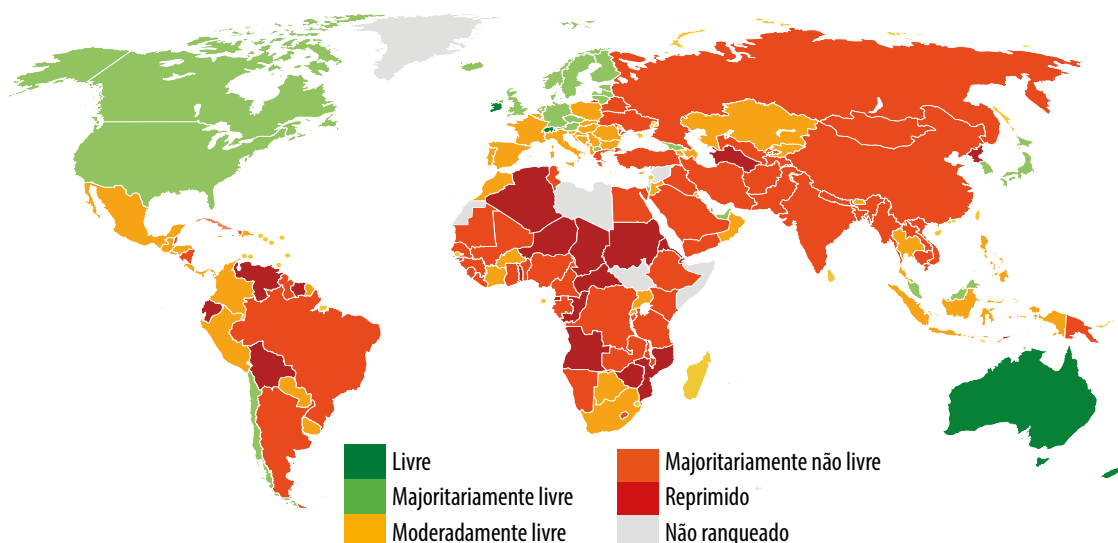
Debate

O investimento do setor privado em ferrovias também foi debatido nas comissões da Casa. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, esteve na Comissão de Infraestrutura (CI) no fim do semestre para dizer que o governo pretende expandir a malha ferroviária por meio de parcerias com a iniciativa privada.

Outra proposta que tramita no Congresso e foi aprovada

O Brasil no mapa da liberdade econômica

País é visto pelo capital internacional como apenas parcialmente amigável à iniciativa privada. Segundo a classificação da Heritage, o Brasil ainda tem longo caminho a percorrer até atingir o liberalismo



Fonte: Heritage Foundation, The Wall Street Journal, 2018

pela comissão mista antes do recesso é a MP da Liberdade Econômica (MP 881/2019). A medida institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e tem como objetivos recuperar a economia, garantir investimentos em educação e tecnologia, possibilitar a desestatização, entre outros. A medida tem validade até 27 de agosto.

Marcos Rogério explicou que valorizar uma agenda mais liberal não significa descuidar dos direitos trabalhistas, ambientais ou sociais. Para ele, é preciso haver o equilíbrio.

—Todas essas garantias, se você não tiver um ambiente econômico saudável, com empresas fortes crescendo, tudo perece. A gente tem que parar com essa ideia de trabalhar uma matéria em detrimento da outra. O equilíbrio é um ponto central aqui.

A importância do equilíbrio entre a atuação estatal e privada também foi ressaltada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM). Segundo o líder da Maioria no Senado, a iniciativa privada é fundamental na retomada do crescimento, mas políticas públicas precisam ser feitas.

— Precisamos ter equilíbrio. Tanto é que, na questão da lei de saneamento, nós fizemos aprovar uma emenda que não exclui a possibilidade de o Estado exercer a sua responsabilidade social nos pequenos municípios, onde não há viabilidade econômica

para a privatização, de o Estado garantir o abastecimento de água — lembrou.

Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), a Casa é composto por parlamentares com opiniões bem divergentes, mas a maioria deles não é contra a presença da iniciativa privada em todos os setores, exceto nos que são precípuos do Estado.

— A maior parte dos senadores, de esquerda e de direita, concorda que é preciso ter essa cooperação, que o Brasil só anda com a colaboração do Estado brasileiro abrindo caminhos, às vezes necessários, fomentando, e, por outro lado, a iniciativa privada entrando onde o Estado não consegue mais porque tem de dar conta de outros serviços — afirmou.

Regulação

Jean Paul ponderou, no entanto, que é importante ter uma boa regulação da abertura de mercado.

— A questão é como manejar essa máquina e saber tirar do setor privado o que realmente você precisa dele. Por exemplo, vender refinaria. Simplesmente vender para fazer caixa e superavit primário, eu sou contra e serei contra sempre. Agora, se você faz uma concessão ou uma autorização privada e diz ao privado: “Olha, venha investir no ramal ferroviário que eu não estou dando conta e que você pode ter interesse, faça isso que você vai ter uma tarifa, vai ser regulado, vai ter

seu lucro lá, tudo admitido, tudo certinho”, vai em frente, meu filho, faça sua infraestrutura e ganhe seu dinheiro, legitimamente. Nem esquerda nem direita discordam nisso.

O senador Carlos Viana (PSD-MG) afirma que a maior abertura do mercado brasileiro é uma necessidade, devido ao déficit que o país enfrenta, especialmente quanto à dívida externa. Para o senador, a infraestrutura nas estradas e nos aeroportos será melhor com o investimento privado.

— A única maneira que nós temos de garantir investimentos e melhor qualidade nas estradas e nos aeroportos é pelo processo de concessões, que já é muito bem-sucedido. Os aeroportos brasileiros hoje não devem absolutamente nada, os principais das nossas capitais, a outros grandes aeroportos do mundo. O Senado está preocupado e naturalmente buscando discutir e votar medidas que nos permitam abrir o mercado brasileiro e buscar a retomada do crescimento — afirmou.

A MP 863/2018, aprovada em maio pelo Congresso e sancionada em junho (Lei 13.842/2019), autoriza até 100% de capital estrangeiro em companhias aéreas com sede no Brasil.

Agora esse controle sem restrições será igual ao de países como Argentina, Colômbia, Bolívia, Índia, Austrália, Nova Zelândia e União Europeia. A expectativa dos senadores é

que a concorrência das empresas provoque a redução dos preços das passagens.

O PL 3.261/2019, que apresenta um novo conjunto de regras para o saneamento básico, foi aprovado em junho no Senado e tramita agora na Câmara. O projeto prevê a licitação do serviço com a participação de empresas privadas e a sustentabilidade econômico-financeira dos contratos de saneamento se dará por meio de pagamento de taxas, tarifas e tributos.

O projeto do saneamento sofreu críticas de alguns senadores, que temem a concentração de empresas privadas apenas nos grandes centros urbanos. Mas os defensores do texto acreditam que será um avanço na melhoria do setor e dará maior cobertura para a população, pois garantirá recursos que não estão ao alcance do poder público.

Transporte terrestre

A infraestrutura no transporte terrestre também está entre os temas debatidos no Senado em relação à abertura de mercado. Além do debate com o ministro de Infraestrutura, o investimento privado no setor é tema da MP do PPI, que permite ao BNDES fazer parceria com empresas privadas por meio de um novo instrumento licitatório, a colação.

O novo tipo de licitação se baseia não apenas no menor preço, mas também na qualidade técnica da empresa. O objetivo é dar bom andamento às obras de infraestrutura, que constantemente são paralisadas por ineficiência das concessionárias.

A MP da Liberdade Econômica estabelece garantias para o livre mercado e prevê imunidade burocrática para *startups*. Além disso, libera pessoas físicas e empresas para desenvolver negócios considerados de baixo risco. Estados, Distrito Federal e municípios devem definir quais atividades econômicas poderão contar com a dispensa total de atos de liberação. A ideia é que empresas brasileiras troquem o exterior, onde encontram menos burocracia, pelo Brasil.

Houve críticas à MP em relação à legislação trabalhista, que também sofre alterações. O texto prevê, por exemplo, que a legislação trabalhista só será aplicada em benefício de empregados que recebam até 30 salários mínimos. A medida também permite a adoção da carteira de trabalho digital e autoriza o trabalho aos domingos e feriados, sem permissão prévia do poder público.



Eduardo Braga, Carlos Viana, Marcos Rogério e Jean Paul Prates defendem abertura de mercado com equilíbrio